

ENERGIA E POLÍTICA INTRARREGIONAL NA AMÉRICA LATINA: COOPERAÇÃO E CONFLITO NOS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XXI

*Carlos Federico Domínguez Ávila**

RESUMO

O artigo explora a evolução recente da política energética intrarregional vigente na América Latina. Particular interesse tem o estudo da proposta de integração energética venezuelana denominada de PetroCaribe. Também se menciona a tentativa de exportação da tecnologia brasileira de produção de etanol a base de cana de açúcar para os países daquela região, inclusive como uma forma de competir com a influência de Caracas. Outrossim, o artigo aborda brevemente a questão do gás natural no contexto das relações entre a Bolívia e o Chile, a geopolítica das barragens hidroelétricas e as alternativas em geração de energia nuclear. Afinal do texto se pondera que o fornecimento de energia, mesmo que indispensável, não garante a lealdade ou a subordinação dos receptores com relação aos fornecedores de energia.

PALAVRAS CHAVE: energia, petróleo, biocombustíveis, América Latina e Caribe.

*Doutor em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Docente e pesquisador do Mestrado em Ciência Política e do Curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Unieuro (Brasília, DF).

E mail: cdominguez_unieuro@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

O propósito desta comunicação é explorar a evolução recente das políticas energéticas – entendidas como instrumentos de política intrarregional e de inserção internacional – na América Latina e Caribe, particularmente nos casos do Brasil, Venezuela, América Central, Bolívia, Chile e Paraguai. Vale adiantar que o tema em questão tem antecedentes bastante antigos e que as cúpulas energéticas sul americana (Ilha Margarita, abril de 2007) e caribenha (Caracas, agosto de 2007) estão entre os últimos grandes acontecimentos presidenciais dedicados especificamente à questão das relações entre energia e política intrarregional (Isbell, 2009; Malamud, 2007; Honty, 2006).

É importante adiantar, também, que a cooperação e o conflito formam parte da agenda política vigente entre países latino-americanos fornecedores e receptores de energia – principalmente de petróleo, gás e hidroeletricidade. Mesmo reconhecendo que a região latino americana tem importantes reservas energéticas, estas não são distribuídas de forma homogênea ou uniforme. Em consequência, existem importantes diferenças na distribuição das fontes de energia, principalmente entre os denominados exportadores netos (Venezuela), os importadores netos de petróleo (El Salvador) e os países de transferência (Linkohr, 2006).

Paralelamente, parece importante lembrar a alta e crescente relevância nas respectivas matrizes energéticas nacionais tanto das fontes tradicionais (petróleo, gás, hidroeletricidade) quanto das fontes emergentes e renováveis (eólica, térmica, solar, biocombustíveis), bem como os programas de eficiência energética implementados na maioria dos países latino-americanos e caribenhos. Igualmente, convém reconhecer se que a América Latina tem um longo histórico de relações intrarregionais fundamentalmente pacíficas e cooperativas. Entretanto, também é possível verificar – inclusive pela via das políticas energéticas – certas pretensões de liderança regional (Sánchez, 2006).

Para os fins deste artigo é significativo lembrar que normalmente os países exportadores de energia procurar tirar o máximo proveito geopolítico desses recursos escassos. Isto é, o petróleo, o gás e a hidroeletricidade não são considerados unicamente como simples *commodities* a serem comercializadas no mercado específico da energia. Certamente existem considerações de prestígio no uso "político" da comercialização e transferência de energia para países vizinhos, especialmente ao reforçar as capacidades político econômicas dos aliados e simpatizantes na região (Klare, 2001).

2 POLÍTICA, INTEGRAÇÃO E ENERGIA: BREVES ANTECEDENTES

A natureza foi muito generosa com os países latino americanos e caribenhos. Na região é possível constatar a existência de importantes jazidas de hidrocarbonetos (petróleo e gás), alto potencial hidroelétrico, considerável extensão de terras aráveis (para geração de biocombustíveis), bem como significativos recursos humanos e tecnológicos. Com 8% da população mundial, e consumindo apenas 6% da energia global, a região latino americana e caribenha exporta quase 16% do petróleo e 17% do gás disponível no mercado internacional – sendo que o esgotamento das jazidas petroleiras mexicanas serão substituídas nos próximos anos pelo petróleo das camadas pré sal recentemente descobertas nas costas brasileiras. Em termos de potencial hidroelétrico também é possível constatar importantes perspectivas presentes e futuras – especialmente nos grandes rios sul americanos, porém também nas bacias hidrográficas centro americanas e mexicanas. Em síntese, a região tem alta disponibilidade de recursos energéticos para garantir o auto abastecimento e impulsionar o processo de desenvolvimento econômico e social da região nas próximas décadas (Sohr, 2006).

Contudo, também existem importantes desafios na transformação do potencial energético nacional e regional. Particularmente importantes são as questões do aumento do consumo (após um período de significativo dinamismo no crescimento do produto, principalmente entre 2004 e 2008) e os entraves nos investimentos – públicos e privados – em infra estrutura enérgica

após a década de 1990. Igualmente, nas diferentes sub regiões latino americanas faltam processos de institucionalidade e integração setorial – semelhante à Carta Europeia da Energia, vigente desde 1998.¹ De fato a integração energética latino americana apresenta poucos avanços concretos e operativos. Predomina a lógica estado centrista – cada um por si. Sendo que os principais exemplos bem sucedidos de cooperação sub regional são a interconexão elétrica mesoamericana (México América Central, com a possível incorporação da rede colombiana no futuro), o experimento da PetroCaribe e os gasodutos bolivianos para o Brasil e a Argentina. Todavia, aproximadamente 12% da população latino americana ainda não tem acesso à energia elétrica – isto é, energia residencial –, principalmente nas áreas rurais e das fronteiras (Isbell, 2009).

Neste sentido, um tópico de particular relevância no contexto da política energética intrarregional vigente na América Latina e Caribe é a questão do assim chamado nacionalismo energético, e principalmente as capacidades operativas reais das empresas estatais dedicadas à exploração e exportação de energia para os países vizinhos (Mansilla, 2008). Lembre-se que as empresas estatais latino-americanas dedicadas às atividades de exploração e exportação de energia destacam-se por sua relevância econômico financeira e simbologia político-nacionalista, além da sua importante contribuição aos correspondentes processos de desenvolvimento integral dos países.²

Certamente gigantes como Petróleo Brasileiro (Petrobrás), Petróleos de Venezuela (Pdvs), Itaipu Binacional, *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB) e Petróleos Mexicanos (Pemex), dentre outros, são atores significativos na formulação e implementação das políticas energéticas nacionais e na evolução das relações político-energéticas intrarregionais vigentes. Outrossim, é importante lembrar que existem diferentes estratégias empresariais entre as próprias empresas estatais do setor energético. De um lado, aparece o monopólio estatal predominante na Venezuela e Bolívia, e do outro a forte presença do investimento público-privado no Brasil e na Colômbia (Ecopetrol). De forma complementar, é

¹“Carta Europeia da Energia”, União Européia, Bruxelas, 23.9.1997, disponível em: http://eurlex.europa.eu/smartapi/cgi/sga_doc?smartapi!cleplx!prod!DocNumber&lg=pt&type_doc=Decision&an_doc=1998&nu_doc=181, consulta em 1 de setembro de 2009.

²Contudo Schuldt e Acosta (2006) alertam contra as distorções econômicas provocadas, no longo prazo, pelas economias excessivamente dependentes da renda energética.

importante mencionaras atividades das empresas privadas (locais e extra regionais) dedicadas ao setor energético, com destaque para as subsidiárias das transnacionais (Texaco, Shell, Esso, Total, Repsol). Algo semelhante acontece com a participação de empresas estatais de países de outros continentes nas jazidas da América Latina, tal o caso da participação de empresas estatais chinesas, russas e iranianas, além de empresas estatais de países latino americanos, na Faixa Petrolífera do Orinoco (Venezuela).

3 PETROCARIBE: OPORTUNIDADES E DESAFIOS DA PETRODIPLOMACIA VENEZUELANA NA BACIA DO CARIBE

Desde a época da independência e da formação do Estado venezuelano no início do século XIX, Caracas tem demonstrado um grande interesse geopolítico pela bacia do Caribe – afinal, a Venezuela também é um país caribenho, condição que compartilha com outros 20 Estados ribeirinhos (além da uma dezena de dependências coloniais) do Grão Caribe. Em tal sentido, durante o século XX teve varias iniciativas venezuelanas – muitas destas impulsionadas pela bonança petrolífera vigente desde a década de 1920 – procurando prestígio, influência política e até predomínio geopolítico especialmente no sudeste do Caribe. Um bom exemplo de petrodiplomacia venezuelana foi o Acordo de São José (de 1980) para fornecimento conjunto com o México de petróleo aos países centro americanos com preços preferenciais, procurando se apoiar setores políticos moderados e ideologicamente afins no istmo.

Com a chegada do presidente Hugo Chávez ao poder (em 1999) e especialmente após a reestruturação da empresa estatal Pdvsa (2000-2003), as autoridades venezuelanas lançaram, em 2005, a proposta de PetroAmérica, procurando consolidar a posição do petróleo da Venezuela na América Latina e Caribe, além de tentar fortalecer a influência bolivarista no continente. Apresentada como proposta de integração energética latino americana, a PetroAmérica apresentou três braços operativos: a PetroCaribe, a PetroAndina e a PetroSur. Sendo que, para os fins deste artigo, a PetroCaribe é particularmente relevante e significativa.

Com efeito, a PetroCaribe foi criada em junho de 2005, em reunião de governantes de 14 países caribenhos realizada em Porto La Cruz (Venezuela).³ Segundo a Pdvsa, a "PetroCaribe é um Acordo de Cooperação Energética proposto pelo Governo Bolivarista da Venezuela, com a finalidade de resolver as assimetrias no acesso aos recursos energéticos, pela via de um novo esquema de trocas favorável, equitativo e justo entre os países da região caribenha, a maioria destes sem controle estatal do fornecimento destes recursos."⁴ Resumidamente, o convênio em questão oferece aos países participantes benefícios significativos no financiamento da importação de petróleo venezuelano (185.000 barris diários). Também, a PetroCaribe impulsionou a construção e modernização de refinarias (Cuba e Nicarágua) e de tanques de reserva (Dominica), o transporte de petróleo com fretes reduzidos, o incentivo à criação de entes estatais nos países caribenhos para evitar a participação de transnacionais, e o desenvolvimento de empreendimentos elétricos. Cumpre acrescentar que, ainda em 2005, foi realizada a II Cúpula do PetroCaribe na Jamaica, e posteriormente a III e IV Cúpulas em Caracas (2007) e Cienfuegos (Cuba, 2007) respectivamente.

A política de consolidação do petróleo venezuelano na bacia do Caribe impulsionada pelo acordo do PetroCaribe implica evidentes custos de oportunidade para a Pdvsa – que em diferentes oportunidades foi acusada de dilapidar os recursos energéticos venezuelanos em benefício de terceiros países. Ao mesmo tempo, evidentemente a política do "petróleo barato" impulsionada por Caracas não é neutra ou meramente altruísta. Salvo melhor interpretação, ao associar-se com 17 dos 35 Estados do continente americano – todos eles membros da OEA e da ONU – Caracas poderia ter outras motivações além da positiva e construtiva solidariedade e cooperação intrarregional. Não parece incorreto incluir dentre essas outras motivações as seguintes:

³ Os membros originários de PetroCaribe foram: Antigua e Barbuda, Bahamas, Belize, Cuba, Dominica, Granada, Guiana, Jamaica, República Dominicana, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Santa Lucia, Suriname e Venezuela. Posteriormente aderiram Guatemala, Haiti, Honduras, e Nicarágua. A Costa Rica e El Salvador são observadores, com possível ingresso no futuro. Não participam do mecanismo Trindade e Tobago (exportador de petróleo) e Barbados.

⁴ "PetroCaribe", Portal PDVSA, Caracas, 2005, disponível em: http://www.pdvsa.com/index.php?tpl=interface.sp/design/readmenu princ.tpl.html&newsid_temas=48, consulta em 1 de setembro de 2009.

- Lograr, como mínimo, uma atitude compreensiva, cooperativa e colaboracionista dos governos caribenhos – que são exatamente a metade dos países do hemisfério ocidental – com o processo revolucionário bolivariano impulsionado pelo presidente Hugo Chávez.
- Identificar potenciais candidatos para ingressar na Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA), processo de integração regional que oferece melhores condições de fornecimento de energia e de associação integral com Caracas. Convém lembrar-se que os países membros da ALBA são: Antigua e Barbuda, Bolívia, Cuba, Dominica, Equador, Honduras (suspensa temporariamente após o golpe de Estado de 28 de junho de 2009), Nicarágua, São Vicente e as Granadinas, e Venezuela.
- Conquistar a aquiescência e concordância daqueles governos para as propostas da Venezuela em foros internacionais – especialmente na OEA e na ONU.
- Substituir o petróleo (e a influência política) do México e da Colômbia na bacia do Caribe.
- Isolar o governo de Trindade e Tobago, tradicionalmente arredo diante da influência de Caracas no CARICOM. Outrossim, convém lembrar se que a ilha Estado em questão também é importante exportador de petróleo e que persiste contencioso limítrofe entre Venezuela e Trindade e Tobago na região do golfo de Paria – de vital importância na projeção das águas territoriais venezuelanas para o oceano Atlântico e onde, presume se, existem importantes reservas submarinas de hidrocarbonetos (petróleo e gás natural).
- Pressionar o governo de Barbados para enfraquecer sua tradicional aliança com Washington e Londres, acrescentando-se que Bridgetown tem pretensões de liderança sub-regional entre as pequenas ilhas Estado do Caribe oriental. Algo semelhante acontece entre a Costa Rica do presidente Oscar Arias e os países do istmo centro americano.⁵
- Favorecer a presença de elementos fidelistas e/ou filochavistas dentro da estrutura revolucionária cubana. Acontece que no contexto geral da inevitável transição intergeracional em Cuba o presidente

⁵ Mesmo que o presidente Arias não demonstra simpatia pelo governo da Venezuela, o governo costarriquenho terminou solicitando o ingresso do país no PetroCaribe (inicialmente como observador e futuramente como membro pleno).

Chávez tem a simpatia dos quadros fidelistas tradicionais (próprios do Partido Comunista de Cuba), porém é questionável seu prestígio na ala “raulista” (encabeçada por Raúl Castro e o alto comando das Forças Armadas Revolucionárias).

- Questionar e enfraquecer a influência e o prestígio de potências extra regionais com vínculos e interesses na bacia do Caribe, principalmente no caso dos Estados Unidos, Inglaterra, França e eventualmente Espanha. E simultaneamente impulsionar o ingresso de atores extra regionais convergentes com Caracas – isto é, a Rússia, a China, a Líbia e o Irã.
- Apoiar instituições e atores políticos e sociais afins ao governo chavista dentro dos países caribenhos, especialmente movimentos sociais, organizações políticas de esquerda e intelectuais orgânicos. Observe-se que antes do triunfo eleitoral de Daniel Ortega na Nicarágua, a Pdvsa fornecia petróleo subsidiado para as prefeituras então governadas pelos sandinistas e, após o triunfo eleitoral da Frente Sandinista de Libertação Nacional (em 2006) o relacionamento bilateral venezuelano-nicaraguense experimentou uma sensível aproximação, particularmente depois da incorporação do país centro-americano na ALBA.

Em síntese, parece evidente que para a grande maioria dos países não petroleiros da bacia do Caribe é fundamental participar do esquema energético proposto por Caracas. Em uma época de “petróleo caro” – isto é, entre 50 e 120 dólares o barril –, a opção de desdenhar ou não participar do acordo de PetroCaribe termina sendo muito oneroso para as pequenas e médias economias daquela região. Inversamente, o “petróleo barato” e outros benefícios sociais e econômicos do pacote energético de Caracas terminam sendo poderosos argumentos em quase todos os países – inclusive naqueles de orientação centro direitista – para impulsionar uma convergência ou acomodação mais ou menos significativa, programática ou meramente pragmática com Caracas. Paralelamente, o governo do presidente Chávez parece estar ciente que a petro diplomacia venezuelana é um dos poucos – porém efetivos – instrumentos a sua disposição para influir de forma significativa na dinâmica geopolítica especificamente caribenha, continental e eventualmente global.

4 A ALTERNATIVA DOS BIOCOMBUSTÍVEIS BRASILEIROS E SUAS IMPLICAÇÕES NA GEOPOLÍTICA ENERGÉTICA VIGENTE NA BACIA DO CARIBE

Durante os dois mandatos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 2010), o Estado brasileiro tem impulsionado no continente e no mundo a difusão dos biocombustíveis como alternativa viável ao aparente declínio do predomínio do petróleo na matriz energética global, hemisférica e sub-regional. Especificamente o governo brasileiro tem impulsionado a exportação da bem sucedida tecnologia de produção de etanol com base na cana-de-açúcar. Convém acrescentar se que desde a década de 1970, o Brasil, que na época era um importador de petróleo, iniciou seu conhecido programa de produção de biocombustíveis e, atualmente, é o segundo produtor mundial de etanol – somente superado pelos Estados Unidos e seu etano produzido com base no milho e com pesados subsídios governamentais.

Para os fins do presente artigo é importante verificar que o governo brasileiro está realmente interessado na internacionalização da sua tecnologia de produção de etanol de cana-de-açúcar mediante programas de assistência técnica, criação de linhas de crédito e a coordenação com outros produtores de biocombustíveis (Estados Unidos). Ao mesmo tempo, resulta evidente que a bacia do Caribe – com um longo histórico de produção de cana-de-açúcar, especialmente em Cuba, Haiti, República Dominicana e Barbados – poderia ser um mercado promissor para a tecnologia brasileira dos biocombustíveis e com importantes consequências na política energética intrarregional. Precisamente nessa linha foi lançada, em dezembro de 2006, por entidades públicas e privadas do Brasil e dos Estados Unidos, a denominada Comissão Interamericana do Etanol.⁶ Igualmente, foi importante o denominado pacto Lula Bush para a difusão do etanol no continente, de março de 2007, que inclui a criação de programas pilotos de promoção da

⁶ Gustavo Porto, "Brasil e EUA lançam Comissão Interamericana do Etanol", *Portal Exame*, Rio de Janeiro, 14.12.2006, disponível em: <http://portalexame.abril.com.br/ae/economia/m0119125.html>, consulta em 2 de setembro de 2009.

tecnologia dos biocombustíveis em quatro países caribenhos: Haiti, República Dominicana, São Cristóvão e Nevis, e El Salvador.⁷ Assim, propositadamente ou não, a tecnologia brasileira dos biocombustíveis com base na cana de açúcar terminou sendo considerada uma virtual alternativa ao predomínio do petróleo (e da influência) venezuelana em parte do Caribe.

Provavelmente por essas e outras razões, a reação de Caracas e – paradoxalmente também de – Havana diante da difusão dos denominados agrocombustíveis foi imediata e bastante crítica. Fidel Castro condenou o que chamou de “ideia sinistra” de transformar alimentos em combustíveis quando dois bilhões de pessoas sofrem de fome no mundo.⁸ Hugo Chávez acrescentou que o encarecimento dos alimentos para consumo humano registrado em muitos países da América Latina desde 2006, principalmente do milho e outros cereais, teria sido impulsionado pelo desvio de parte significativa da produção agropecuária para os agrocombustíveis (inclusive para o etanol de cana de açúcar). Outros críticos, inclusive técnicos da FAO, denunciaram que os agrocombustíveis terminavam: (i) reduzindo o estoque e encarecendo o preço dos alimentos, (ii) esgotando as terras aráveis, (iii) favorecendo o agronegócio e os transgênicos, (iv) ameaçando a agricultura familiar e os processos de reforma agrária, (v) atingindo negativamente o meio ambiente (excessivo consumo de água, desmatamento e ampliação da fronteira agrícola, pesticidas, etc.), e (vi) aprofundando os problemas de fome e desnutrição em muitos países em desenvolvimento.

Ainda que o governo brasileiro rebateu de forma mais ou menos convincente muitas das críticas supracitadas, as tentativas concretas de exportar a tecnologia brasileira de produção dos biocombustíveis ao Caribe não lograram, até o momento, consolidar-se. Mesmo com abertura de linhas de crédito, assistência técnica e outras facilidades

⁷ “Lula e Bush anunciam acordo de cooperação no setor de etanol”, *Portal UOL*, São Paulo, 9.3.2007, disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2007/03/09/ult1808u87332.jhtm>, consulta em 2 de setembro de 2009.

⁸ Fidel Castro, “Se intensifica el debate”, *Radio Rebelde*, Havana, 9.5.2007, disponível em: <http://www.radiorebelde.cu/noticias/nacionales/reflexiones/nacionales1100507.htm>, consulta em 2 de setembro de 2009.

oferecidas pelo Brasil existem muitas dificuldades para difundir maciçamente o etanol de cana de açúcar em função de limitações logísticas, políticas, econômicas e sócio culturais presentes naqueles países.⁹

Sob uma perspectiva geopolítica parece evidente que a primeira tentativa de difundir a tecnologia brasileira dos biocombustíveis – e simultaneamente conter ou reverter a influência e o prestígio da petro diplomacia de Caracas – não logrou avanços realmente significativos. Uma segunda tentativa deveria resultar de uma maior e melhor coordenação entre entidades públicas e privadas brasileiras com suas contra partes em outros países com vínculos e interesses na região, principalmente com o México, a Colômbia, a Jamaica, a ala raulista do governo cubano,¹⁰ e o governo do Estado da Flórida, dentre outros.¹¹

⁹ Convém acrescentar-se que uma parte muito significativa do etanol brasileiro exportado aos Estados Unidos passa obrigatoriamente pelo Caribe – especificamente pela Jamaica – onde é hidratado e reexportado ao mercado estadunidense com tarifas alfandegárias reduzidas em função de acordos comerciais existentes entre os países em questão.

¹⁰ Uma convergência pragmática entre a tecnologia brasileira dos biocombustíveis e a ala raulista do governo revolucionário cubano terminaria sendo particularmente importante na geopolítica energética caribenha e hemisférica. Lembre-se que Cuba durante muitos anos foi o maior produtor de cana de açúcar do mundo, e uma reestruturação da indústria sucroalcooleira permitiria uma dinamização da estagnada economia cubana, bem como uma aproximação mais intensa entre Brasília e Havana – enfraquecendo simultaneamente a petro diplomacia de Caracas. Contudo, a persistência da negativa opinião da tradicional ala fidelista diante dos agrocombustíveis é, por enquanto, um obstáculo importante para tal empreendimento.

¹¹ Para surpresa de muitos, desde 2008, após a confirmação do descobrimento de maciças reservas de hidrocarbonetos (petróleo e gás natural) nas chamadas camadas pré sal da bacia de Santos, a quase 200 quilômetros das costas, o povo e o governo brasileiros experimentam uma grande euforia e uma virtual corrida ao petróleo. O presidente Lula afirmou que a exploração de tais reservas energéticas representariam uma segunda “independência do Brasil.” No momento de concluir este artigo (setembro de 2009), o governo anunciava a criação de uma estatal – denominada de Petrosal – para cuidar dos interesses públicos e usufruir desta gigantesca reserva, considerada por muitos como uma das mais importantes do continente e do mundo.

5 OUTRAS EXPERIÊNCIAS SELECIONADAS DE COOPERAÇÃO E CONFLITO NA DINÂMICA ENERGÉTICA INTRARREGIONAL

Nos primeiros anos do século existe, no mínimo, uma dezena de casos de cooperação e conflito energético intrarregional altamente significativos para o estudo. Naturalmente, por razões de espaço não é possível pesquisar a evolução recente de todos eles.¹² Contudo, para os fins deste artigo convém explorar brevemente os casos seguintes: (i) o gás natural nas relações boliviano chilenas, (ii) a geopolítica das barragens hidroelétricas, e (iii) a alternativa nuclear na América Latina

I - *O gás natural nas relações boliviano chilenas.* No subsolo da Bolívia está concentrada a segunda maior reserva comprovada de gás natural da América do Sul. E o fato de o país estar localizado no centro do subcontinente permitiria uma fácil exportação dos hidrocarbonetos para países vizinhos e também para mercados extra-regionais (Estados Unidos e México). Ao mesmo tempo, o Chile é um país interessado em importar gás natural para manter seu dinamismo econômico. Nesse sentido, as autoridades governamentais chilenas em diferentes oportunidades expressaram disposição para iniciar as compras do hidrocarboneto boliviano – especialmente o extraído na província de Tarija. Em um hipotético mercado livre de

E, para desespero dos arautos dos biocombustíveis, o Brasil parece estar reestruturando sua matriz energética em favor do consumo de petróleo e de gás natural produzido dentro do país – bem como de energia hidroelétrica. Em consequência, no futuro o Brasil poderá vir a participar ativamente e como ator privilegiado – isto é, como grande exportador – na dinâmica geopolítica global e intra regional do petróleo, em particular, e da energia, em geral. Conferir: “Hoje é um novo ‘dia da independência’, diz Lula sobre o pré sal”, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 31.8.2009, disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/economia,hoje_e_um_novo_dia_da_independencia_diz_lula_sobre_o_presal,427337,0.htm, consulta em 2 de setembro de 2009.

¹² Outros empreendimentos energéticos de impacto intra regional são os seguintes: a interconexão elétrica México América Central Colômbia, o projeto do Gasoduto do Sul (Venezuela Brasil Argentina), a reestruturação da Pemex, o nacionalismo energético no Equador, as bem sucedidas experiências da Colômbia e da Argentina com os biocombustíveis, o projeto do gasoduto mesoamericano, a produção de energia eólica na Patagônia Argentina, a exploração da Faixa Petrolífera do Orinoco, a crise política e social na amazonia peruana gerada pela exploração de petróleo e gás, e as buscas por hidrocarbonetos em águas profundas nas costas latino americanas (particularmente na bacia do Caribe).

recursos energéticos a associação boliviano chilena seria ideal y positiva para ambos os lados. Contudo, as negociações entre as partes estão emperradas a muitos anos na questão da reclamação boliviana de uma saída soberana ao oceano Pacífico – convém lembrar se que em 1883 a Bolívia perdeu seu litoral em benefício do Chile. A política oficial do Estado boliviano – acompanhada por governos de direita (Hugo Banzer, Gonzalo Sánchez de Lozada), de centro (Carlos Mesa) e de esquerda (Evo Morales) – parece ser resumida no lema: “gás por mar”. Isto é, o gás natural boliviano deverá ser exportado ao Chile somente após a solução da centenária pendência territorial e da retomada das relações diplomáticas em nível de Embaixadas (suspensas desde 1977), o que inclui a espinhosa reivindicação do retorno soberano da Bolívia ao Pacífico e a superação da situação de mediterraneidade do país.

A partir da nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos pelo governo do presidente Evo Morales (em 2006) e das crescentes dificuldades argentinas para abastecer o mercado local e enviar excedentes de gás natural para o Chile e o Uruguai,¹³ Santiago foi obrigado a procurar fontes alternativas de gás natural na Ásia – especificamente da Indonésia. Paralelamente vários observadores constataram que o nacionalismo energético do governo do presidente Morales também teria provocado uma drástica queda dos investimentos privados no setor da extração de hidrocarbonetos (especialmente das empresas Petrobras, Repsol, e Elf). Igualmente o principal importador do gás boliviano – isto é, o Brasil – tem manifestado recentemente seu interesse em diminuir gradualmente as importações. Assim, em encontro presidencial Morales Lula (Chapare, 22 de agosto de 2009),

¹³ Desde 2007 Buenos Aires tem que comprar crescentes quantidades de gás natural boliviano para satisfazer a demanda local e para poder cumprir – parcialmente – os compromissos assumidos tanto com o Chile quanto com o Uruguai. Observe se que em varias oportunidades La Paz demandou que o gás natural enviado para Argentina não terminasse sendo reexportado para o Chile. Ao mesmo tempo, as crescentes dificuldades de fornecimento de gás natural argentino para o mercado chileno terminou criando tensões e divergências públicas entre ambos os governos.

as partes teriam acordado uma gradual redução das importações brasileiras de 31 para 24 milhões de metros cúbicos diários de gás boliviano.¹⁴ Em princípio, o excedente seria utilizado para consumo local (inclusive para impulsionar os projetos de industrialização na Bolívia) e para a exportação para a Argentina. Mesmo assim, a Bolívia corre grande risco de não lograr cumprir o objetivo de aumentar os ingressos estatais gerada pela exploração de hidrocarbonetos.

Diante das novas circunstâncias tanto La Paz quanto Santiago poderiam ser obrigados a reverem suas relações bilaterais, em geral, e a integração energética, em particular. O obstáculo da mediterraneidade boliviana poderia ser resolvido com iniciativas criativas – inclusive no contexto do corredor bioceânico Brasil Bolívia Chile. E o gás natural poderia terminar sendo o elo vital que permita a reconciliação total e definitiva entre ambos povos e governos (Kozulj, 2006).

II - *A geopolítica das barragens hidroelétricas.* O aproveitamento do potencial energético das grandes bacias hidrográficas latino americanas – especialmente das bacias do Amazonas e da Prata Paraná – também gera cooperação e conflito entre os países da região. A geopolítica das barragens hidroelétricas é particularmente complexa quando construídas em rios internacionais sucessivos – isto é, aqueles rios que cortam diferentes países desde a nascente até o desague e, por tanto, têm soberania compartilhada entre diferentes Estados e povos. Nesses casos normalmente acontecem divergências mais ou menos significativas entre os denominados ribeirinhos superiores e inferiores.¹⁵

¹⁴ “Na Bolívia, Lula assina acordos de cooperação com Evo Morales”, *Portal Terra*, Chapare, 22.8.2009, disponível em: http://noticias.terra.com.br/interna/0,,OI3936742EI188,00_Na+Boli+via+Lula+assina+acordos+de+cooperacao+com+Evo+Morales.html, consulta em 3 de setembro de 2009.

¹⁵ Normalmente os ribeirinhos inferiores demandam dos ribeirinhos superiores uma consulta prévia compulsória (e eventual poder de veto) acerca de obras – principalmente das barragens – por ventura a serem construídas e questionam vigorosamente quaisquer tentativa ou possibilidade de mudar a quantidade, a qualidade e o direito tradicional das águas que recebem. Por sua vez, os ribeirinhos superiores exigem respeito à soberania e ao direito de usufruir das águas dos rios internacionais sucessivos em seus próprios projetos de desenvolvimento econômico e social (consumo humano, irrigação, transposição, barragens, etc); ainda que também estão dispostos a oferecer garantias de não causar danos sensíveis e permanentes aos outros ribeirinhos. Estas ponderações formam parte da praxe político diplomática e do direito internacional público latino americano. Igualmente são temas que formam parte da atual dinâmica geopolítica das barragens hidroelétricas latino-americanas.

Após quase duas décadas de escassez de novos projetos, nos primeiros anos do século XXI têm sido anunciados novos empreendimentos de grande porte e alguns destes projetos atingem diretamente certos rios internacionais sucessivos – configurando relações de cooperação e conflito na dinâmica energética intrarregional. Tal o caso das gigantescas usinas hidroelétricas de Santo Antônio e Jirau em construção (representando conjuntamente 6500 megawatts e 13 bilhões de dólares) no rio Madeira – afluente da bacia do Amazonas, que nasce na Bolívia e deságua no Brasil.

Para os fins deste artigo parece importante destacar se que existe preocupação da parte boliviana diante de uma eventual inundação do seu território – ou com o ressurgimento de epidemias (malária, etc) – provocada especificamente pelo lago da barragem de Jirau, a ser construída em território brasileiro, porém muito perto da fronteira comum. Sabe-se que o governo brasileiro tomou nota das preocupações bolivianas. Mesmo assim, Brasília continua firme na construção de ambos os empreendimentos. A principal contraproposta brasileira conhecida é a predisposição para fornecer apoio técnico e financeiro para a construção, em território boliviano, de uma terceira barragem no curso do mesmo rio Madeira.¹⁶

¹⁶ Um caso mais ou menos semelhante envolvendo barragens hidroelétricas construídas em rios internacionais era a reclamação paraguaia pelo pagamento mais elevado por parte do Brasil do excedente que – compulsoriamente – Assunção deve vender ao vizinho, em função do Tratado de Itaipu (1973). Em recente encontro entre os presidentes de ambos os países – Lula e Fernando Lugo, realizado na capital paraguaia, em maio de 2009 – ficou acertado um aumento gradual do pago ao Paraguai pela energia exportada ao Brasil, bem como outros benefícios. Convém acrescentar-se que o Paraguai é co-proprietário das duas barragens hidroelétricas mais importantes da América Latina (Itaipu e Corpus Yaciretá). O país tem direito à metade da energia gerada por ambos os empreendimentos e deve vender – compulsória e exclusivamente – ao outro co-proprietário os excedentes. Dado que os preços dos excedentes vendidos ao Brasil e à Argentina foram pactuados a muitos anos, eles não refletem a realidade vigente na atualidade. Em consequência, Fernando Lugo e outros setores políticos paraguaios levantaram a reivindicação de exigir um preço justo pela energia excedente paga pelos dois países vizinhos (além de verificar a possibilidade de vender seus excedentes a quaisquer outro país interessado na energia paraguaia). Afortunadamente a positiva resposta brasileira à demanda de Assunção evitou um deterioro das relações bilaterais. Fernanda Peixoto, “Encontro de Lula e Lugo é crucial para evitar disputa internacional entre Brasil e Paraguai”, BBC Brasil, Brasília, 7.5.2009, disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/05/090506_apresentalugo_paraguai_fa_cq.shtml, consulta em 3 de setembro de 2009.

III *América Latina e a alternativa nuclear.* A crise energética global 2006-2009 também estimulou o surgimento de uma nova onda de construção de usinas nucleares para produção de energia elétrica em todos os continentes – inclusive na América Latina. Observe-se que até o momento somente o Brasil (Angra I e II), a Argentina (Atucha I) e o México (Laguna Verde) dispõem de centrais nucleares operativas para produção de energia.

Entretanto, tanto o governo brasileiro como o argentino expressaram publicamente o interesse e disposição para construir – inclusive conjuntamente – novos empreendimentos no campo nuclear. Ambos os países garantem que continuarão respeitando os acordos de não proliferação de armas nucleares (TNP e Tlatelolco). Paralelamente, existe a possibilidade real de que nos próximos anos o Chile (com apoio francês), a Colômbia (com apoio francês) e a Venezuela (com apoio russo) venham a construir usinas nucleares com fins pacíficos. Igualmente, não pode ser descartada a retomada das obras e a conclusão da Central Nuclear de Juraguá, em Cuba.

Convém acrescentar que além das objetivas necessidades energéticas de cada país – especialmente nos casos chileno e cubano –, existe a possibilidade de acompanhar a nova onda de construção de usinas nucleares por questões de prestígio e influência geopolítica intrarregional. Igualmente parece importante que as sociedades civis dos países em questão acompanhem a segurança desses empreendimentos, procurando evitar dramáticos acidentes ou eventuais desvios para a construção de armas nucleares na América Latina.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 28 de junho de 2009, os militares e a oligarquia hondurenha derrubaram o governo constitucional do presidente Manuel Zelaya. Imediatamente o mandatário venezuelano condenou o golpe e, entre outras iniciativas, ordenou a suspensão da transferência de petróleo ao país centro americano até o retorno à ordem constitucional. Cumpre acrescentar que Honduras aderiu a PetroCaribe em 2007 e à ALBA em 2008. Igualmente é importante comentar que a maior parte do petróleo consumido em Honduras é procedente da Venezuela – e mesmo a oligarquia hondurenha não concorda, após o golpe, com a saída da ALBA e/ou da PetroCaribe, para evitar uma subida dramática dos preços dos combustíveis no país.

O caso hondurenho permite enunciar diferentes ensinamentos segundo o ponto de vista dos observadores e interlocutores. Para alguns o golpe ao governo democrático de Zelaya significou uma reversão do chavismo. Para outros, inclusive o autor deste artigo, se tratou de um evidente e injustificável retrocesso autoritário que ameaça a paz e a segurança de toda América Latina. Ao mesmo tempo, parece evidente que a estratégia do “petróleo barato” não assegura lealdades ou subordinações permanentes em favor de Caracas. Naqueles países com predomínio oligárquico existiria uma predisposição a aceitar os benefícios de PetroCaribe, porém não necessariamente dos compromissos da ALBA.

Ao mesmo tempo, parece importante constatar, junto com Gerardo Honty (2006) que a verdadeira integração energética latino-americana e caribenha continua sendo incipiente. Contudo, existem, sim, convênios sub regionais de integração com resultados positivos. Espera-se que nos próximos anos os hidrocarbonetos (petróleo e gás natural) junto com as fontes hidroelétricas continuem dominando a matriz energética latino americana. Evidentemente, a Venezuela – mesmo após o regime bolivarista – continuará implementando iniciativas fundamentadas nas suas imensas reservas petrolíferas. Falta saber se o Brasil, após a efetivação da exploração dos hidrocarbonetos do pré-sal, implementará políticas energéticas intrarregionais semelhantes (ou diferentes) das venezuelanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HONTY, Gerardo. "Energía en Sudamérica: una interconexión que no integra." *Nueva Sociedad*. No. 204, 2006, pp. 119 135.

ISBELL, Paul. "Energía para el hemisferio occidental: otra mirada al panorama energético latinoamericano ante la V Cumbre de las Américas." ARI 10, Madri: Real Instituto Elcano, 2009.

KLARE, Michael. *Resource Wars*. Nova York: Henry Holt, 2001.

KOZULJ, Roberto. "La integración gasífera latinoamericana: una prospectiva cargada de incertidumbres." *Nueva Sociedad*. No. 204, 2006, pp. 104 118.

LINKOHR, Rolf. "La política energética latinoamericana: entre el Estado y el mercado." *Nueva Sociedad*. No. 204, 2006, pp. 90 103.

MALAMUD, Carlos. "La cumbre energética de América del Sur y la integración regional: un camino de buenas (y no tan buenas) intenciones". DT 18, Madri: Real Instituto Elcano, 2007.

MANSILLA, Diego. "Política y empresas en la integración energética latinoamericana." Buenos Aires: IADE, 2008.

SÁNCHEZ, Fernando. "América Latina y la búsqueda de un nuevo orden energético mundial". *Nueva Sociedad*. No. 204, 2006, pp. 38 49.

SCHULDT, Jürgen e Alberto Acosta. "Petróleo, rentismo y subdesarrollo: ¿una maldición sin solución?" *Nueva Sociedad*. No. 204, 2006, pp. 71 89.

SOHR, Raúl. "Energía y seguridad en Sudamérica: más allá de las materias primas." *Nueva Sociedad*. No. 204, 2006, pp. 151 158.